



**Governo do Estado de São Paulo
Fundação de Previdência Complementar do Estado de São Paulo
Conselho Fiscal**

ATA DE REUNIÃO

Nº do Processo: 271.00000618/2024-83

Interessado: Conselho Fiscal

Assunto: Ata da 169ª Reunião Ordinária

Aos 28 (vinte e oito) dias do mês de abril de dois mil e vinte e seis, às 9:30, conforme prévia convocação, por meio eletrônico, reuniu-se ordinariamente o Conselho Fiscal da Fundação de Previdência Complementar do Estado de São Paulo SP-PREVCOM, no formato híbrido. Participação presencial do Conselheiro José Roberto de Moraes, titular e Fernando Zanelli, suplente; de forma virtual, Conselheiros Demetrius Queiroz Do Rêgo Barros, na qualidade de Presidente Interino do Conselho Fiscal, e Leonardo José Mattos Sultani, Titular, Douglas Schiavoni Froemming, Conselheiro Suplente em exercício da Titularidade; e Tiago Jose Kich Temperani, Conselheiro Suplente; ausência justificada do Conselheiro André Arcas de Souza. Pela Fundação, participaram de forma virtual Tatiana Nunes Simões, Supervisora da Equipe Contábil e Tributária; Renata Simões de Souza; Ugo Gabriel Barboza Garcia, Diretor de Relacionamento Institucional. Pela Fundação, presencialmente, Sylvio Eugenio de Araujo Medeiros, Diretor-Presidente, Vanessa Pacheco de Souza Romão Ceron, Diretora Administrativa, Rafael de Oliveira Vilas Boas, Superintendente Administrativo; Hugo Lancarter Mol, Diretor de Investimentos, Paulo Roberto da Rosa, Gerente de Portfolio; Sueli Meschke Mendes Starke Rodrigues, Chefe da Auditoria Interna e Sadrak Alves de Lima, Assessor da Presidência. O Conselheiro Demetrius abriu a sessão, verificou o quórum, e destacou o retorno seu e do Conselheiro Tiago Temperani ao colegiado, após período de atuação no Conselho Deliberativo. Registrou que o Conselheiro André Arcas, encontrava-se em período de férias e que, na sua ausência, Demetrius assumia interinamente a presidência desta reunião nos termos do Regimento. O Conselheiro Sultani identificou a presença, entre os participantes da videoconferência, de um aplicativo de inteligência artificial identificado como "Ugo's AI Notetaker", vinculado ao Diretor de Relacionamento Institucional, e por uma questão de ordem solicitou esclarecimentos sobre sua finalidade, registrando não se recordar de ter sido informado ou de ter autorizado sua utilização em reuniões do Conselho Fiscal. Ponderou que os Conselhos são órgãos dotados de autonomia e independência, com registro oficial de suas decisões exclusivamente por meio de ata, e que o uso de ferramentas externas de gravação e transcrição

sem prévio conhecimento dos Conselheiros representa risco institucional, uma vez que as discussões no âmbito do Conselho envolvem informações sensíveis. O Sr. Ugo, Diretor de Relacionamento Institucional, esclareceu que a ferramenta é utilizada por ele para acompanhamento de projetos internos de sua área e que a configurou para entrar automaticamente nas reuniões por ele aceitas ou marcadas para monitoramento, sem ter ciência de que também adentraria sessões de órgãos colegiados; que, ao ser alertado pelo Secretário Executivo, entrou imediatamente na sessão e removeu a ferramenta; e que estaria disposto a compartilhar com o Secretário Executivo todo o conteúdo eventualmente registrado. O Conselheiro Sultani registrou para constar em ata que o documento oficial e definitivo das reuniões do Conselho Fiscal é a ata lavrada pelo Secretário Executivo. O Sr. Ugo manifestou concordância integral com as observações formuladas. O Presidente Demetrius iniciou com o Item de aprovação da Ata da 167ª Reunião Ordinária, por não ter participado da 167ª Reunião Ordinária, Demetrius declarou que se absteria na votação, sendo que o colegiado ratificou, sem ressalvas, a aprovação da ata anterior. Na sequência segundo item Eleição do Presidente do Conselho Fiscal, Demetrius registrou que a eleição do Presidente do Conselho Fiscal estava prevista para esta reunião, porém, em razão da ausência do Conselheiro André Arcas, sua realização estava prejudicada, com reagendamento para a próxima reunião ordinária. Seguindo a pauta item terceiro Ciência e Manifestação sobre Proposta de Remanejamento Orçamentário – Correção Monetária das Antecipações de Contribuição de Patrocinadores (Processo SEI nº 271.00000359/2026-52), Demetrius informou que o item foi acrescentado à pauta a pedido do Conselho Deliberativo, que deliberou sobre o tema em sua reunião ordinária de abril de 2026 e solicitou manifestação prévia do Conselho Fiscal. A matéria refere-se à necessidade de atualização monetária pelo IPCA das antecipações de contribuição realizadas por entes patrocinadores entre 2017 e 2025, e ao correspondente remanejamento orçamentário para suportar contabilmente a despesa no exercício de 2026. A Sra. Vanessa, Diretora Administrativa, apresentou o tema, esclarecendo que as antecipações de contribuição, registradas anteriormente como receita, foram reclassificadas como provisão passiva, conforme orientação contábil vigente. A atualização monetária por IPCA decorre de cláusula indexadora prevista nos termos de compromisso firmados com os entes patrocinadores, sendo amparada por parecer jurídico da Bocater Advogados. O valor projetado da correção para 2026, calculado com base no índice IPCA do boletim Focus de 6 de abril, alcança R\$827.000,00. A proposta da Diretoria é realizar remanejamento orçamentário desta rubrica a partir da dotação de despesa de pessoal próprio, que apresenta saldo disponível estimado em R\$3.000.000,00 não utilizado, em razão de os concursados a serem aprovados no concurso público ingressarão em janeiro de 2027, razão pela qual não haverá prejuízo à execução orçamentária prevista para despesas de pessoal no exercício corrente. Demetrius solicitou que a ata reflita expressamente a declaração da Diretoria no sentido de que o remanejamento de R\$827.000,00 da dotação de despesa de pessoal próprio não implicará nenhum prejuízo à execução orçamentária, tendo em vista a existência de saldo disponível superior a esse valor decorrente da não utilização das vagas concursadas. Vanessa confirmou a informação. Os demais Conselheiros não apresentaram questionamentos. O Conselho Fiscal manifesta ciência e concordância com a proposta de remanejamento orçamentário no valor de R\$827.000,00, da rubrica de despesa de pessoal próprio para a rubrica de remuneração referente à antecipação de contribuição de patrocinadores, com fundamento no

Processo SEI nº 271.00000359/2026-52, registrando que a Diretoria Administrativa confirmou expressamente que o remanejamento não causará nenhum prejuízo à execução orçamentária das despesas de pessoal no exercício de 2026, tendo em vista o saldo disponível decorrente do não ingresso dos concursados no presente exercício. Aprovado por unanimidade. Dando continuidade o quarto item Investimentos e Movimentações do Mês de Março de 2026, o Sr. Paulo Rosa, Gerente de Portfólio da Diretoria de Investimentos, apresentou o relatório de investimentos referente ao mês de março de 2026. O Sr. Paulo informou que o patrimônio total da PREVCOM ultrapassou R\$5 bilhões e que a arrecadação mensal está próxima de R\$50 milhões, com pagamentos de benefícios e resgates em torno de R\$3 milhões, resultando em captação líquida significativamente positiva. Os planos dos entes do Estado de São Paulo representam 94% do patrimônio total, com destaque para o crescimento do plano Pará, que atingiu 1,8% do patrimônio em três anos de vigência. A alocação por indexador concentra-se em CDI com 45% e Inflação com 49%, com 87% do patrimônio alocado em renda fixa. O resultado do mês de março alcançou 1,01% na carteira total, ficando abaixo da meta de IPCA+4,5%, que resultou em 1,27% no período; entretanto, a carteira superou o IPCA de 0,88%. O Sr. Paulo informou que o desempenho abaixo da meta em março foi consistente com o mercado como um todo, que também apresentou resultados negativos nas classes de renda variável e imobiliária. Nas demais janelas temporais — 12, 24 e 36 meses —, a carteira supera a meta da PREVCOM. Em comparativo com 140 EFPC's (Entidades Fechadas de Previdência Complementar) compilado pela consultoria Aditus, a PREVCOM apresentou no mês rentabilidade de 1,01%, superior à média dos planos CD com 0,83%, embora no acumulado do ano e em 12 meses estivesse ligeiramente abaixo da média do mercado. O Conselheiro Tiago questionou a aparente inconsistência entre a rentabilidade da carteira consolidada no acumulado do ano, que constava como 2,94% no slide apresentado, e a rentabilidade individual de todos os planos, que constavam acima de 3%, havendo divergência entre os dois dados. O Sr. Paulo reconheceu a inconsistência, comprometendo-se a verificar e encaminhar ao Secretário Executivo a explicação por correio eletrônico. O Conselheiro Sultani observou que a carteira de empréstimos, com saldo de R\$68,14 milhões, refere-se ao produto operacionalizado via boleto junto ao BTG, não se configurando como consignado em sentido estrito. Quanto às movimentações de março, destacaram-se aplicação de R\$41 milhões em LFTs via Bela Cintra, R\$10 milhões no Itaú Referenciado DI e R\$2 milhões no Itaú Soberano; primeira chamada de capital do Vinci Infra Crédito, fundo já aprovado nas instâncias cabíveis; e chamadas de capital dos FIPs BTG Infra III, Vinci IV e Pátria. O Sr. Paulo reportou ainda crescimento dos resgates de participantes, que passaram de R\$2,8 milhões em janeiro para R\$5 milhões em março, e informou que a área de comunicação realiza contato com participantes que solicitam resgate, embora os resultados dessa ação sejam variáveis. Nota: Posteriormente à reunião, Paulo Roberto encaminhou o slide de Rentabilidade Acumulada vs. Meta com os dados corrigidos: Mês: Carteira 1,01% e Meta PREVCOM 1,27%; Acumulado do Ano: Carteira 3,24% e Meta PREVCOM 3,01%; 12 meses: Carteira 12,92% e Meta PREVCOM 8,83%; 24 meses: Carteira 23,73% e Meta PREVCOM 19,55%; 36 meses: Carteira 38,48% e Meta PREVCOM 29,10%. Na sequência quinto item Demonstrações Financeiras de Fevereiro de 2026, a Sra. Tatiana, Supervisora da Equipe Contábil e Tributária, apresentou as Demonstrações Financeiras referentes ao mês de fevereiro de 2026. A Sra. Tatiana informou que o ativo total da PREVCOM atingiu R\$5,2 bilhões em fevereiro, com crescimento de 1,7% em relação a janeiro, e que os investimentos totalizaram

R\$5,1 bilhões. O patrimônio social fechou em R\$5,115 bilhões, com acréscimo de R\$81,4 milhões no período, sendo R\$77 milhões nas provisões matemáticas, R\$1 milhão no Fundo Previdencial e R\$2,5 milhões no Fundo Administrativo. O patrimônio líquido consolidado apresentou variação positiva de 3,61% em relação ao fechamento de dezembro de 2025, representando crescimento de R\$178 milhões. O Fundo Administrativo encerrou fevereiro em R\$101,8 milhões, com crescimento de 4,93% em relação ao saldo de dezembro de 2025. A sra. Tatiana apresentou ainda o acompanhamento mensal da antecipação de contribuição, cujo passivo atualizado atingiu R\$19,2 milhões em fevereiro após atualização de R\$133 mil pelo IPCA no mês, informando que a Fundação passará a trazer mensalmente a evolução do Fundo Administrativo dos planos afetados - MT, MS, SP Previdência e RO - até que seja concluído o estudo de viabilidade pertinente. A rentabilidade acumulada das cotas em 2026 atingiu aproximadamente 2% para todos os planos, com exceção do SP Previdência, que registrou 1,96%. Na sequência, a Sra. Tatiana destacou os seguintes pontos: as receitas estão com realização próxima ao orçado; as despesas acumulam execução 11% abaixo do previsto; os Serviços Atuariais apresentaram faturamento em janeiro e fevereiro, período originalmente não previsto no orçamento, com expectativa de adequação ao longo dos meses; as Outras Despesas estão levemente acima do previsto em razão de desembolsos com a AMEC (Associação de Investidores no Mercado de Capitais) e a ABRAPP, orçados originalmente a partir de abril, com expectativa de normalização nos próximos meses; o resultado financeiro referente ao rendimento do PGA (Plano de Gestão Administrativa) está 71% acima do previsto, com R\$2,49 milhões realizados frente a uma projeção de R\$1,46 milhões; e o resultado do exercício acumulado atingiu R\$4,78 milhões, dentro do previsto de R\$14,38 milhões para o ano. Os indicadores de desempenho previstos na Resolução CNPC nº 62/2024 apresentam cenário positivo, com a maior parte dentro dos parâmetros esperados. Não houve questionamentos. Continuando com o sétimo Item Monitoramento das Obrigações Legais, a Sra. Renata apresentou o relatório de monitoramento das obrigações legais e internas da Fundação, informando que não há obrigações em atraso. Apresentou pela primeira vez o acompanhamento no formato de dashboard, gerado pela ferramenta de controle em implantação, que se encontra em fase de aprimoramento. As pendências registradas referem-se exclusivamente a obrigações a vencer ou em execução, sem nenhuma situação que demandasse atenção especial do Conselho. A Sra. Renata indicou que os próximos relatórios serão progressivamente mais robustos à medida que a ferramenta avança. Não houve questionamentos. Na sequência oitavo item 8 Apresentação dos Planos de Ação com a Posição de março e abril de 2026 da Auditoria Interna, a Sra. Sueli, Chefe da Auditoria Interna, apresentou o relatório de planos de ação referente às posições de março e abril de 2026. A sra. Sueli informou que a Auditoria Interna realizou um inventário amplo das recomendações constantes nos relatórios da PREVIC (Superintendência Nacional de Previdência Complementar), do TCE (Tribunal de Contas do Estado) e da BDO Auditoria Independente, revisando o mapeamento anteriormente existente, que acompanhava 18 planos de ação. O novo levantamento identificou 60 planos, sendo aproximadamente 50 relativos a órgãos de controle interno e externo, incluindo recomendações do COAUD (Comitê de Auditoria) e da própria Auditoria Interna, e, o restante composto por riscos críticos e altos. Todos os 60 planos foram distribuídos por responsável e encaminhados a todos os diretores para validação, com prazo de retorno de até dez dias. Após consolidação das respostas, a Auditoria Interna disporá de um banco de dados completo e atualizado para carga no novo sistema de riscos e planos de

ação, cuja implantação está em fase piloto com a Diretoria de TI, com previsão estimada de dois a três meses. Entre as principais movimentações desde a última reunião, Sueli destacou: o concurso público encontra-se na última instância na Casa Civil; a Política de Gestão de Riscos foi revisada, pendente apenas da definição do critério de tolerância a riscos; o novo quadro de pessoal teve seus normativos aprovados na DIREX (Diretoria Executiva) em 15 de abril; as políticas de gestão de pessoas estão sendo tratadas via processo SEI; os 42 indicadores de compliance estão com cronograma faseado sob responsabilidade de Renata; e as políticas de segurança de TI, que deveriam ser aprovadas na DIREX em abril, foram postergadas para maio. O Conselheiro Sultani formulou ponto de atenção formal para registro em ata, manifestando preocupação reiterada com os sucessivos atrasos nas ações de Tecnologia da Informação, especialmente aquelas relacionadas à segurança de dados e sistemas, considerando a relevância do tema para a proteção dos dados de participantes e beneficiários, para a gestão de ativos superiores a R\$5 bilhões e para o atendimento às recomendações do TCE. Pontuou que a postergação de prazos na área de TI é um padrão que chama atenção há bastante tempo e que, embora a função fiscalizatória primária caiba ao Conselho Deliberativo, o Conselho Fiscal também acompanha o tema com atenção. O Conselheiro Demetrius corroborou as observações de Sultani, informando que o mesmo apontamento foi feito no Conselho Deliberativo, e propôs que o Diretor de Tecnologia da Informação seja convidado a apresentar ao Conselho Fiscal, na próxima reunião, os avanços em curso nas áreas de cibersegurança e governança de TI. A seguir no item 9 Relatos e Comunicações da Diretoria Executiva, o Sr. Sylvio Eugenio, Diretor-Presidente, compareceu à reunião acompanhado de Hugo Mol, recém-empossado Diretor de Investimentos. O Sr. Sylvio informou que, durante a sessão, esteve reunido com o Sr. Hugo para transmissão dos detalhes operacionais e estratégicos da Fundação, e que logo após o encerramento realizaria a transição formal da liderança da equipe de investimentos. Apresentou Sr. Hugo ao colegiado como o novo Diretor de Investimentos, empossado na véspera no Conselho Deliberativo. O Sr. Hugo agradeceu a oportunidade, apresentando-se como profissional com quase 20 anos de experiência no mercado financeiro, com passagens por banco, fundação e Ministério da Economia, e declarou ter ciência da importância do Conselho Fiscal como linha de defesa institucional, comprometendo-se a contribuir tanto na gestão dos investimentos como no fortalecimento da governança da Fundação. O Conselheiro Demetrius questionou o impacto da posse de Hugo sobre a habilitação da Fundação como Administrador Estatutário Tecnicamente Qualificado (AETQ) para fins de diversificação dos investimentos. O Sr. Sylvio esclareceu que, durante o período de transição, a DIREX adotou postura conservadora, concentrando as novas aplicações em títulos públicos federais. Informou que havia tentado habilitar-se como AETQ provisório, mas que o período de atuação em mesa de ativos de banco estava fora do horizonte temporal exigido pela PREVIC para comprovação, sendo mais eficiente aguardar a posse do Sr. Hugo, já habilitado como AETQ, do que formalizar a comprovação por outros meios. Com a posse do Sr. Hugo, a Fundação retoma de imediato sua plena capacidade para conduzir a gestão de investimentos com maior diversificação. O Conselheiro Demetrius registrou satisfação com a normalização da situação e solicitou ao Diretor-Presidente e ao novo Diretor de Investimentos que mantenham canal direto com o Conselho Fiscal, sem necessidade de aguardar reuniões ordinárias para comunicações relevantes. Não havendo mais matérias a tratar, Demetrius Queiroz Do Rêgo Barros declarou encerrada a 169ª Reunião Ordinária do Conselho Fiscal, informando

que na próxima reunião, com o retorno do Conselheiro André Arcas de Souza, será realizada a eleição do Presidente do Conselho Fiscal. Eu, Paulo Alessandro da Silva Bueno, Secretário Executivo, lavrei e subscrevo esta ata que, depois de lida e achada conforme, foi assinada pelos Conselheiros presentes.

Demetrius Queiroz Do Rêgo Barros
Presidente Interino do Conselho Fiscal

Leonardo José Mattos Sultani
Conselheiro

José Roberto de Moraes
Conselheiro

Douglas Schiavoni Froemming
Conselheiro Suplente em exercício da Titularidade



Documento assinado eletronicamente por **Demetrius Queiroz Do Rego Barros, Conselheiro**, em 25/05/2026, às 14:47, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no [Decreto Estadual nº 67.641, de 10 de abril de 2023](#).



Documento assinado eletronicamente por **José Roberto De Moraes, Conselheiro**, em 25/05/2026, às 19:19, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no [Decreto Estadual nº 67.641, de 10 de abril de 2023](#).



Documento assinado eletronicamente por **Douglas Schiavoni Froemming, Conselheiro**, em 26/05/2026, às 09:31, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no [Decreto Estadual nº 67.641, de 10 de abril de 2023](#).



Documento assinado eletronicamente por **Leonardo Jose Mattos Sultani, Conselheiro**, em 29/05/2026, às 10:34, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no [Decreto Estadual nº 67.641, de 10 de abril de 2023](#).



Documento assinado eletronicamente por **Paulo Alessandro da Silva Bueno, Assessor I**, em 29/05/2026, às 10:40, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no [Decreto Estadual nº 67.641, de 10 de abril de 2023](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.sp.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0107961047** e o código CRC **A5919BD5**.